



Produção do Texto
Dissertativo-Argumentativo
ENEM

ABRIL / 2025

ESTUDANTE

SEDUC
Secretaria de Estado
da Educação



I- DIALOGANDO COM O(A) ESTUDANTE

Estudante,

Antes de iniciar o seu projeto de texto, leia com atenção os textos motivadores, marque palavras/expressões/ideias-chave. Peça ajuda ao seu(a) professor(a) para orientá-lo(a) na sua produção de texto. Releia o material-base do(a) estudante “Redação Nota 1000” que está no Drive, pois nele há um passo a passo exemplificado, reflexivo e analítico sobre a produção do texto dissertativo-argumentativo que pode ajudá-lo(a).

II – PROPOSTA DE REDAÇÃO

Caro(a) Estudante,

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **“Os impactos das desigualdades sociais e a proteção das minorias”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

III – TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

(...)

Invisibilidade social: a cor da desigualdade

(...)

Na sociedade contemporânea, um fenômeno insidioso e prejudicial persiste, muitas vezes ignorado ou negligenciado: a invisibilidade social. Embora todos os indivíduos e grupos mereçam igual reconhecimento e oportunidades, a invisibilidade social afeta desproporcionalmente aqueles que enfrentam discriminação, marginalização e falta de representação. Grupos invisibilizados, ignorados, sub-representações ou negligenciados na sociedade, sob várias formas e em diversas esferas, incluindo a social, a política, a econômica, e a cultural. Dentre esses grupos, as pessoas negras, que segundo os dados do IBGE representam 56% do total da população brasileira.

Os dados estatísticos que serão apresentados estão recheados de subjetividades, são histórias, memórias, vivências, vidas reais. São rostos pretos e histórias de pessoas pretas que enfrentam diariamente as consequências de um sistema racista que as invisibiliza e marginaliza, uma realidade vivida por seres humanos que veem suas oportunidades limitadas devido a barreiras sistêmicas baseadas em preconceitos.

(...) Os dados ainda apontam que 46% da população negra está inserida no mercado de trabalho em ocupações precárias e trabalhos desprotegidos; que a remuneração média da população negra é 39,2% menor que da população não negra e apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência são ocupados por pessoas negras.

Em relação as mulheres negras, os dados são ainda mais dramáticos, a mesma pesquisa comprova que as mulheres negras acumulam as desigualdades não só de raça, mas também de gênero: Uma em cada seis mulheres negras ocupadas (15,8%) trabalha como empregada doméstica, uma em cada quatro das mulheres negras aptas a compor a força de trabalho (26,6%) estavam desocupadas, desalentadas ou subocupadas, número muito inferior à população não negra em geral, e sobretudo em relação ao percentual de homens brancos nas mesmas situações.

Carolina de Jesus, uma das mais importantes escritoras brasileiras, autora do livro Quarto de Despejo, lançado em 1960, protestou: “Não digam que fui rebotinho, que vivi à margem da vida. Digam que

eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora”.

(...)

Os dados da fome, da insegurança alimentar, da miséria, da escravização, do acesso à saúde e à educação, da discriminação e do preconceito, não fogem a esta regra que invisibiliza socialmente a população negra no Brasil. Não são fenômenos isolados, mas sim componentes interconectados de um sistema que historicamente invisibiliza a população negra, deixando uma marca profunda em nossa estrutura social. São dados de vidas reais, recheados de subjetividades, experiências. São comunidades inteiras impactadas por essa estrutura racista e discriminatória. São histórias de pessoas negras que enfrentam diariamente as consequências de um sistema que as coloca à margem, uma realidade vivenciada por mulheres e homens que veem suas oportunidades limitadas devido a barreiras sistêmicas baseadas em preconceitos exclusivamente em razão da cor de sua pele.

Combater a invisibilidade social requer luta, conscientização, mudanças nas estruturas sociais e também na legislação, promovendo a inclusão e a real igualdade. Neste processo é fundamental reconhecer e dar voz aos grupos invisibilizados, a fim de construir uma sociedade mais justa e equânime. Certamente, o caminho a percorrer é longo e árduo, e será necessário superar as barreiras impostas por aqueles que desfrutam de privilégios sociais e que têm, portanto, interesse na manutenção da invisibilidade de outras pessoas, como única possibilidade para a preservação do seu domínio e do controle sobre subjetividades, recursos, oportunidades e tomadas de decisão.

É crucial compreender que a mudança social requer esforços conscientes para superar os sistemas de privilégios e discriminação que perpetuam a invisibilidade social de 56% da população brasileira. (...)

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/columnista/avesso-do-direito/2023/11/24/invisibilidade-social-a-cor-da-desigualdade/>. Acesso em: 25 mar. 2025. (Adaptado).

TEXTO II

A Proteção dos Direitos das Minorias no Direito Brasileiro

A proteção dos direitos das minorias é um tema central na construção de uma sociedade democrática e justa. No Brasil, um país marcado pela diversidade étnica, cultural e social, a tutela dos direitos das minorias ganha especial relevância no contexto jurídico e constitucional. (...)

Minorias, no contexto jurídico, referem-se a grupos de pessoas que, devido a suas características étnicas, religiosas, linguísticas, culturais ou outras condições, encontram-se em situação de vulnerabilidade ou discriminação em comparação à maioria da população. Esses grupos incluem, entre outros, minorias étnicas (como povos indígenas e quilombolas), minorias religiosas, pessoas com deficiência, e grupos sociais marginalizados.

A proteção das minorias é fundamental para garantir a igualdade de direitos e combater a discriminação. No Brasil, essa proteção é consagrada pela Constituição Federal de 1988, que adota uma postura inclusiva e pluralista, reconhecendo a diversidade e estabelecendo mecanismos para a promoção da igualdade e a proteção contra a discriminação.

A Constituição Federal de 1988 é o principal instrumento normativo para a proteção dos direitos das minorias no Brasil. Vários dispositivos constitucionais garantem a proteção desses direitos, destacando-se:

Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III): Estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, servindo de base para a proteção de todos os indivíduos, independentemente de sua condição minoritária.

Princípio da Igualdade (art. 5º, caput e inciso I): Garante que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, proibindo a discriminação e assegurando a igualdade de direitos e oportunidades.

(...)

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-protecao-dos-direitos-das-minorias-no-direito-brasileiro/2665108042>. Acesso em: 25 mar. 2025. (Adaptado).

TEXTO III



Disponível em: https://www.tiagocabral.com/2021/01/a-quem-atende-desigualdade-social-no.html#google_vignette. Acesso em: 25 mar. 2025.

Folha de Produção Textual

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	